URBAN NOMADES BRASIL

O CASAMENTO TRADICIONAL DO POVO ROM NO BRASIL

Autonomia matrimonial, parentesco, residência familiar e transformações culturais em diálogo com escritos europeus sobre comunidades Rom



Sandra Fabrícia Cândido
Coautoria: Michel Luiz Kriston

Urban Nomades Brasil

Novembro de 2026

1. Apresentação e delimitação do estudo

O casamento constitui uma instituição de grande importância na organização social e familiar de comunidades Rom, envolvendo não apenas a união entre duas pessoas, mas também a continuidade das relações de parentesco, a transmissão cultural e o pertencimento comunitário. O estudo abrange os processos que antecedem a união, a participação das famílias, a residência após o casamento e a organização da vida cotidiana das diferentes gerações.

Este caderno trata especificamente do povo Rom no Brasil, com atenção especial às experiências familiares Kalderash e, quando a documentação permitir, a outras linhagens Rom identificadas de modo preciso. O recorte concentra-se nas famílias Rom, distinguindo suas experiências matrimoniais das dos Calon, Calé e Sinti. As uniões que envolvem pessoas de outros grupos podem ser mencionadas quando integram a história de famílias Rom.

A experiência comunitária das mulheres Rom brasileiras constitui o ponto de partida desta reflexão. Os escritos europeus são incorporados como fontes históricas e comparativas, considerando as diferenças entre países, épocas e linhagens.

A questão central deste estudo é compreender como as comunidades Rom no Brasil conservaram estruturas tradicionais de parentesco e convivência familiar, ao mesmo tempo que transformaram as formas de escolha dos cônjuges e a idade em que os jovens costumam se casar.

2. O casamento como instituição familiar e comunitária

Na organização tradicional Rom, a união matrimonial não se limita à decisão privada entre duas pessoas. Trata-se também de um acontecimento social, reconhecido no âmbito das redes de parentesco e da comunidade próxima. As conversas entre famílias, as normas de convivência, a participação de pessoas mais velhas e o reconhecimento coletivo compõem a dimensão social do casamento.

A participação comunitária e o casamento arranjado são dimensões distintas da vida matrimonial. Uma decisão tomada pelos jovens pode ser conhecida, discutida e acompanhada pelas famílias, enquanto a escolha dos futuros cônjuges permanece com os jovens. A autonomia individual e o pertencimento comunitário convivem no cotidiano familiar.

Segundo a experiência Rom brasileira aqui relatada, nenhum casamento acontece de forma inteiramente isolada do conhecimento da família e do círculo comunitário. As famílias conversam sobre a união, especialmente quando surgem situações que diferem da expectativa cultural, e os modos de lidar com essas circunstâncias variam de uma família para outra.

O casamento integra um sistema de relações no qual convivem escolhas pessoais, responsabilidades familiares, expectativas compartilhadas e formas de reconhecimento social.

3. A escolha do futuro cônjuge e a possibilidade de não

casar

Nas comunidades Rom brasileiras conhecidas pelas mulheres que participam desta reflexão, os antigos modelos de casamento arranjado deixaram de constituir uma prática corrente há muito tempo. As jovens escolhem seus futuros maridos, e a decisão de não se casar na adolescência é aceita nas experiências comunitárias relatadas.

Há meninas e jovens que permanecem solteiras aos 18 e aos 20 anos, ou em idades posteriores, porque não desejaram casar. Essa realidade expressa a valorização cultural do casamento e a liberdade de cada jovem para escolher o momento de se casar.

Uma menina pode crescer em um ambiente no qual o casamento é reconhecido como etapa importante da vida familiar e, ainda assim, escolher adiar a união ou permanecer solteira. As experiências brasileiras incluem tanto a valorização familiar do casamento quanto a possibilidade de adiar a união ou permanecer solteira.

O modo de acolher escolhas inesperadas não é idêntico em todas as famílias. As conversas familiares e comunitárias, bem como os entendimentos particulares de cada núcleo, fazem parte das transformações internas dessa tradição.

4. A idade matrimonial: práticas no Brasil e referências europeias

Na experiência comunitária Rom brasileira apresentada neste estudo, o casamento ocorre habitualmente a partir dos 16 anos, quando os jovens desejam casar. A idade de 16 anos aparece como referência cultural contemporânea, respeitada a liberdade da jovem de decidir sobre o casamento.

Os registros comunitários reunidos neste estudo situam habitualmente as uniões a partir dos 16 anos, de acordo com a escolha dos jovens.

Nos escritos europeus, encontramos variações de época, país e linhagem. Há registros de uniões em idades mais precoces e descrições de forte participação dos familiares na formação matrimonial; outros trabalhos observam transformações e maior protagonismo dos próprios jovens. As práticas contemporâneas das famílias Rom brasileiras são apresentadas a partir das experiências comunitárias reunidas neste caderno. [1–3]

No plano jurídico, o Código Civil brasileiro estabelece a possibilidade de casamento civil aos 16 e 17 anos com autorização dos pais ou representantes legais, ressalvadas as disposições aplicáveis. A Lei nº 13.811/2019 vedou o casamento civil abaixo dos 16 anos. A união tradicional, o reconhecimento comunitário e o registro civil são dimensões que precisam ser diferenciadas. [6–7]

O estudo distingue a idade culturalmente praticada, a idade legalmente permitida, as condições de escolha e as formas concretas de organização familiar. A classificação internacional de uniões antes dos 18 anos como casamento infantil não elimina a necessidade de compreender essas adolescentes.

5. Casamentos entre famílias e linhagens Rom

As escolhas matrimoniais contemporâneas também alteraram as relações entre famílias e linhagens. Segundo os relatos aqui reunidos, uniões que anteriormente se concentravam em redes mais homogêneas passaram a ocorrer entre pessoas de diferentes origens familiares e linhagens Rom.

Na maior parte das experiências relatadas, a escolha de pessoas de outra linhagem continua ocorrendo no universo Rom, embora também existam

casamentos com integrantes de outros grupos Romani e, em menor frequência, com pessoas não ciganas. Neste estudo, o interesse permanece sobre como as famílias Rom percebem, reconhecem e incorporam tais uniões.

As reações a escolhas que se afastam do esperado são diversas. Em muitos casos, o caminho é o diálogo entre os jovens, os pais, os familiares próximos e pessoas do entorno comunitário. A existência dessas conversas demonstra a importância das relações sociais no casamento, e acompanha as escolhas dos noivos.

Nesse sentido, as decisões das jovens colaboram para transformar fronteiras familiares e padrões históricos de união, sem que a continuidade da identidade Rom dependa da reprodução exata das formas matrimoniais de gerações anteriores.

6. A residência após o casamento

Um elemento fundamental para compreender a tradição matrimonial Rom é a organização da residência familiar. Nas experiências brasileiras apresentadas, os recém-casados não costumam estabelecer imediatamente uma vida doméstica independente. Tradicionalmente, passam a viver junto à família do noivo, integrando-se à convivência cotidiana dos pais e demais familiares.

Essa residência não possui duração fixa. Cada família organiza a convivência e a permanência conforme suas relações, necessidades e circunstâncias. O casal pode viver junto à família do noivo durante os primeiros anos do casamento, acompanhar a criação dos filhos e dos netos, ou permanecer na mesma residência por toda a vida, segundo os arranjos familiares.

Assim, casar jovem não significa necessariamente abandonar a casa familiar aos 18 ou 20 anos. Pelo contrário, os anos seguintes à união podem transcorrer em estreita convivência com os pais do noivo, com os avós e com os irmãos, enquanto se constituem novas relações entre as gerações.

Na antropologia, o estabelecimento de residência junto à família do marido é frequentemente descrito como residência virilocal ou patrilocal. Esses termos ajudam na comparação com outros estudos, mas não substituem a descrição das regras concretas de cada comunidade.

6.1. A posição dos irmãos e a reorganização da casa O casamento dos irmãos também pode interferir na organização da residência. Conforme a experiência

comunitária relatada, em determinadas famílias o filho mais velho casa e permanece com os pais; quando o irmão mais novo se casa, pode ocorrer uma reorganização residencial. O filho mais novo pode continuar com os pais, enquanto o mais velho estabelece outra moradia, embora existam diferentes arranjos.

Essa dinâmica apresenta diferentes arranjos: há famílias nas quais os filhos continuam morando juntos, outras em que uma parte da família se desloca e outras nas quais a permanência acompanha as circunstâncias econômicas e as necessidades de cuidado.

Portanto, a duração da moradia dos recém-casados não é definida simplesmente pela passagem dos anos. Ela se relaciona com o ciclo familiar: novos casamentos, nascimento dos netos, reorganização dos espaços, envelhecimento dos pais e redistribuição das responsabilidades.

6.2. Os avós, os filhos e a transmissão cultural

A participação dos avós na criação dos netos é uma dimensão central dessa convivência intergeracional. A chegada dos filhos não representa apenas a formação de uma unidade conjugal isolada, mas a ampliação de uma rede familiar que acompanha o cotidiano das crianças e participa da transmissão de costumes, valores, linguagem e normas de convivência.

A vida matrimonial se desenvolve, assim, em relações próximas entre pais, sogros, irmãos, filhos e avós. A presença dos mais velhos no cotidiano dos recém-casados e das crianças contribui para compreender por que a família extensa permanece tão importante na experiência matrimonial Rom.

A vida do casal pode continuar integrada à residência e ao cotidiano da família extensa após a cerimônia. O casamento é um acontecimento dentro de um complexo familiar que já existe e que se transforma com a chegada de novas gerações.

7. A nora, o reconhecimento familiar e as regras de convivência

O termo bori, registrado em fontes Romani europeias, pode designar a nora ou a jovem recém-integrada à família do marido. O RomArchive descreve o deslocamento da recém-casada para o grupo doméstico do noivo e sua incorporação à rede de relações familiares. [4]

Essa incorporação permite compreender o casamento como constituição de novas relações de parentesco, não apenas como união de dois indivíduos. Em diferentes contextos, surgem expectativas sobre a posição da nora, as relações com sogros e cunhados e a convivência entre gerações. Essas normas apresentam variações entre comunidades e períodos históricos.

A tradição envolve regras sobre conduta, respeito, reciprocidade, responsabilidades e reconhecimento comunitário. Essas dimensões podem continuar presentes mesmo quando as jovens escolhem livremente seus parceiros e as idades matrimoniais se transformam.

A experiência familiar reúne mulheres de diferentes idades e posições no parentesco: jovens solteiras, recém-casadas, mães, noras, sogras e avós. Cada uma participa de modo distinto das relações que estruturam o cotidiano da família extensa.

8. Escritos europeus em diálogo com a realidade brasileira

A pesquisa europeia é útil para compreender a profundidade histórica das estruturas familiares Rom, e permite comparações entre diferentes contextos históricos e comunitários. A literatura consultada identifica diferenças entre comunidades e demonstra que os processos matrimoniais podem combinar continuidade cultural e mudança. [1–5]

8.1. Patrick Williams: os Rom de Paris

Em Mariage tsigane: une cérémonie de fiançailles chez les Rom de Paris (1984), Patrick Williams documenta uma cerimônia de noivado entre Rom de Paris. A obra constitui uma referência histórica para investigar a importância das relações familiares e dos ritos de compromisso nas uniões tradicionais. A obra documenta especificamente famílias Rom de Paris e seus ritos de compromisso. [1]

8.2. Delia Grigore: comunidades Rom da Romênia No artigo Marriage’s Rules of Purity in the Traditional Culture of Rroma from Romania, Delia Grigore reúne resultados de pesquisa de campo em regiões da Romênia, com enfoque principal em comunidades Rom Kalderash. Sua análise examina as regras culturais associadas ao casamento, ao parentesco e ao reconhecimento social. O trabalho evidencia que, além da união pessoal, o matrimônio pode ser

entendido como relação entre famílias e grupos de parentesco. [2]

Esse estudo também descreve práticas históricas e ideais normativos situados nas comunidades e no período histórico estudados. A comparação interessa precisamente porque permite observar continuidades, diferenças e transformações.

8.3. A revista Martor e os Rom Gabori

O volume 25 da revista Martor (2020), coordenado por Ana Chiriţoiu e Cătălina Tesăr, reúne estudos sobre os processos matrimoniais entre diferentes populações Rom da Europa Central e Oriental. Para o recorte desta pesquisa, interessa especialmente o texto de Martin Olivera sobre os Rom Gabori, ao lado de contribuições sobre outras comunidades Romani. [3]

A coletânea documenta que casamento e parentesco podem expressar simultaneamente tradições, escolhas pessoais e mudanças sociais. A comparação entre Rom da Europa e Rom do Brasil reúne práticas próprias de cada contexto: as divergências são, elas próprias, parte importante da história das comunidades.

8.4. RomArchive e a residência junto à família do noivo O verbete Bori, do RomArchive, apresenta a incorporação da recém-casada à família do marido como característica documentada de comunidades Rom tradicionais. Essa fonte oferece apoio específico para estudar a residência pós-matrimonial e as relações entre nora, sogros e família extensa. [4]

8.5. Norma Baldino e os Rom Xoraxané na Itália O estudo de Norma Baldino, The (In)visible Romá Mobility (2021), baseado em pesquisa com famílias Rom Xoraxané em Cagliari, na Itália, examina organização espacial, mobilidade e laços entre famílias. A autora descreve proximidade residencial e relações de parentesco em um contexto distinto do brasileiro, acrescentando elementos para compreender formas de convivência e reorganização doméstica. [5]

Por se tratar de uma comunidade e de um contexto espacial específicos, a descrição italiana será utilizada apenas como comparação localizada, e não como prova de uma regra matrimonial comum a todos os Rom europeus.

9. Brasil e Europa: permanências e transformações

A experiência Rom brasileira compartilhada neste estudo registra quatro transformações relevantes: o casamento tende a ocorrer a partir dos 16 anos; a escolha do futuro cônjuge cabe aos jovens; a possibilidade de permanecer solteira é aceita nas famílias conhecidas; e as uniões podem ultrapassar as antigas fronteiras entre famílias e linhagens Rom.

Ao mesmo tempo, a centralidade da família extensa parece permanecer: os pais participam das conversas sobre o matrimônio, a comunidade reconhece a união, o casal pode estabelecer residência junto à família do noivo e a convivência entre avós, pais e netos continua estruturando a vida doméstica.

As fontes europeias oferecem paralelos sobre ritos de noivado, reconhecimento comunitário, posição da nora e modalidades de residência junto à família do marido. Também documentam práticas matrimoniais diferentes das relatadas no Brasil, revelando tradições plurais e em transformação.

Desse modo, não se trata de opor uma Europa “tradicional” a um Brasil “moderno”. Cada comunidade Rom organiza, transmite e transforma seu sistema matrimonial em diferentes períodos e condições sociais.

10. Casamento, autonomia e direitos das adolescentes

O debate institucional sobre casamento na adolescência envolve tradição matrimonial, participação familiar, autonomia e direitos. Nas experiências relatadas, a presença de familiares acompanha as escolhas dos jovens, no contexto dos direitos de proteção de adolescentes.

A idade do casamento é um dado importante, mas não basta para descrever a instituição matrimonial. A pesquisa registra quem escolhe, como a decisão é comunicada, a possibilidade de não casar, a participação familiar, a residência e os projetos de vida das adolescentes, incluindo a escolarização.

As vozes e experiências de mulheres e jovens Rom revelam o casamento como parte de uma organização familiar que abrange muito mais do que a cerimônia ou a idade matrimonial. O conhecimento comunitário é indispensável para a formulação de políticas públicas culturalmente informadas.

Nesse sentido, a proteção dos direitos das crianças e adolescentes e o enfrentamento ao anticiganismo devem caminhar juntos, com respeito à identidade Rom e à autonomia dos jovens.

11. Considerações finais

O casamento tradicional Rom integra um sistema familiar amplo, no qual a união dos jovens se relaciona com parentesco, residência, reconhecimento social, transmissão cultural e cuidado intergeracional. A escolha do cônjuge e a possibilidade de não casar não anulam a importância da comunidade; do mesmo modo, a participação da família não corresponde necessariamente à imposição de uma união.

O estudo da realidade brasileira aponta para a necessidade de compreender a tradição como prática viva. Nas experiências relatadas, o casamento ocorre geralmente a partir dos 16 anos, quando desejado, e convive com a permanência de jovens solteiras e com escolhas matrimoniais que atravessam antigas fronteiras familiares. A residência junto à família do noivo, frequentemente presente no período inicial da união, acompanha acontecimentos e necessidades do ciclo familiar, sem duração fixa.

As fontes europeias permitem localizar elementos de continuidade histórica, mas também expõem variações que precisam ser respeitadas. A pesquisa registra as práticas familiares Rom brasileiras em seu próprio contexto e as coloca em diálogo com a documentação histórica europeia.

Compreender a tradição matrimonial Rom exige ouvir as próprias famílias, especialmente suas mulheres e jovens, e reconhecer que a cultura não é apenas aquilo que se conserva: é também aquilo que uma comunidade transforma e transmite às próximas gerações.

Referências bibliográficas e documentais

[1] WILLIAMS, Patrick. Mariage tsigane: une cérémonie de fiançailles chez les Rom de Paris. Paris: L’Harmattan, 1984.

[2] GRIGORE, Delia. Marriage’s Rules of Purity in the Traditional Culture of Rroma from Romania. Estudo sobre comunidades Rom da Romênia, com enfoque em Kalderash.

[3] CHIRIȚOIU, Ana; TESĂR, Cătălina (coord.). Marriage-Making among Roma in Central and Eastern Europe: Practices, Imaginaries, Economies. Martor, n. 25, 2020. Inclui artigo de Martin Olivera sobre Rom Gabori.

[4] ROMARCHIVE. Bori. Verbete sobre nora, noiva e integração à família do marido, com indicação bibliográfica de Milena Hübschmannová (2002).

[5] BALDINO, Norma. The (In)visible Romá Mobility. Journal of Gypsy Studies, v. 3, n. 1, p. 5–20, 2021. DOI: 10.33182/JGS.V3I1.1134.

[6] BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), arts. 1.517–1.520.

[7] BRASIL. Lei nº 13.811, de 12 de março de 2019. Altera o art. 1.520 do Código Civil.

12. Novas pesquisas em diálogo com o estudo brasileiro

O volume 25 da revista Martor (2020), intitulado Marriage-Making among Roma in Central and Eastern Europe: Practices, Imaginaries, Economies, reúne pesquisas sobre diferentes comunidades Rom e Romani da Europa Central e Oriental. Os artigos apresentam o casamento como acontecimento familiar e comunitário, por meio do qual se transmitem relações de parentesco, se afirmam pertencimentos e se reorganizam posições familiares. [8]

Esta ampliação reúne estudos de Iulia Hașdeu, Martin Olivera, Grégoire Cousin, Andreea Racleș, Cecília Kovai, Maria G. Nikolova, Angéla Kóczé, Ana Chirițoiu, Margaret Beissinger e Bogdan Mateescu. As pesquisas retratam comunidades e períodos históricos específicos, permitindo acompanhar diferentes experiências da vida matrimonial Romani.

No Brasil, as experiências familiares reunidas neste caderno registram a escolha matrimonial pelos jovens, a possibilidade de permanecer solteira, a participação familiar no reconhecimento da união, a residência junto à família do noivo e as mudanças nas relações entre linhagens. Esses relatos brasileiros dialogam com os estudos europeus e expressam as transformações da organização matrimonial Rom.

13. Iulia Hașdeu: a mulher Rom, a posição de bori e o

reconhecimento como romni

Em Les femmes rom, entre statut de Romni et démocratie sexuelle. Essai d’anthropologie féministe, Iulia Hașdeu (2020) reúne experiências etnográficas de mais de quinze anos entre pessoas Rom originárias da Romênia, em contextos da Romênia, Bélgica e Suíça. A autora examina o casamento a partir das relações conjugais e das experiências das mulheres, incluindo seus vínculos com a família extensa. [9]

13.1. O estatuto de Romni e a posição de bori

No artigo, Romni identifica a mulher Rom e participa da análise da posição social assumida pela mulher casada. A expressão “estatuto de Romni” refere-se ao reconhecimento e à trajetória da mulher nas relações familiares e comunitárias, e não a um estatuto jurídico estatal. Essa posição envolve vida conjugal, responsabilidades, reconhecimento e possibilidades de autonomia. [9]

Haşdeu apresenta a bori como jovem esposa integrada à casa do marido, na condição de nora. A condição de romni, em sua dimensão matrimonial, aparece associada ao reconhecimento progressivo da mulher para além da posição inicial de nora. As relações com sogros, marido, filhos e demais familiares participam desse processo, marcado pela reorganização da autoridade e da autonomia feminina. [9]

13.2. Casamento, residência e mudanças na posição da nora Entre as famílias pesquisadas por Haşdeu, a residência da recém-casada na casa dos sogros reúne pertencimento à família extensa, responsabilidades domésticas e relações de autoridade. O nascimento dos filhos, a constituição de residência própria e, em outra etapa da vida, a posição de sogra podem ampliar o reconhecimento da mulher. A posição social feminina se transforma ao longo de diferentes momentos do ciclo familiar. [9]

Nas experiências brasileiras apresentadas neste caderno, o casal também pode iniciar a vida matrimonial na casa dos pais do noivo. Essa convivência integra um cotidiano de várias gerações, com participação de pais, irmãos e avós na organização doméstica e na criação das crianças. O tempo de residência e a reorganização da moradia variam segundo os acontecimentos familiares.

13.3. As mulheres nas relações conjugais e familiares

Haşdeu descreve tensões, conflitos, separações, reivindicações e iniciativas de mulheres em suas relações matrimoniais. As mulheres aparecem como participantes ativas das negociações e da vida conjugal, defendendo interesses e buscando reconhecimento em situações concretas. A autora examina, ao mesmo tempo, as formas de poder existentes nas relações familiares. [9]

As normas de pureza e pertencimento descritas pela pesquisadora também envolvem conhecimentos e práticas administrados por mulheres, que podem

lhes conferir posições relevantes dentro da família. O estudo registra essas relações nas comunidades acompanhadas pela autora. [9]

13.4. “Democracia sexual”, reconhecimento e discursos externos Haşdeu analisa os discursos públicos sobre sexualidade, direitos e gênero que apresentam determinadas populações Rom como distantes da modernidade. Sua reflexão feminista relaciona a experiência das mulheres ao enfrentamento das desigualdades de gênero e do racismo dirigido às comunidades Rom, considerando a forma como elas próprias descrevem suas relações, seus conflitos e suas escolhas. [9]

A experiência das mulheres Rom brasileiras, com seus diferentes percursos familiares e geracionais, acrescenta a esse diálogo as transformações vividas no interior das próprias comunidades: escolha do parceiro, continuidade da convivência intergeracional e novas formas de reconhecimento da mulher casada.

14. Martin Olivera: o “bom casamento” entre os Rom Gabori

Em Entre idéologie nobiliaire, utopie égalitaire et circonstances singulieres: le « bon mariage » chez les Roms Gabori, Martin Olivera estuda redes de famílias Gabori originárias da Transilvânia, na Romênia. O casamento afirma publicamente o pertencimento ao grupo e reúne diferentes critérios de prestígio familiar, reputação e igualdade entre os Rom. [10]

O autor acompanha as negociações concretas que envolvem parentesco, reputação das famílias e acontecimentos particulares. A escolha de um parceiro e o reconhecimento da união se relacionam com a posição das famílias nas redes comunitárias. Entre os Gabori pesquisados, o ideal de “bom casamento” é construído no encontro entre valores compartilhados e histórias familiares singulares. [10]

Na experiência Rom brasileira reunida neste caderno, o diálogo entre jovens, pais e parentes também participa do reconhecimento matrimonial, inclusive quando as escolhas ultrapassam antigas fronteiras entre linhagens. Os estudos apresentam diferentes maneiras pelas quais a união conjugal reorganiza os vínculos de parentesco.

15. Grégoire Cousin: negociação, conflitos e escolha das mulheres

No artigo « O abjáv kaj sas maškár aménde phaṛada e dušmania ». Généalogie d’un mariage, Grégoire Cousin reconstitui negociações e acontecimentos associados a um casamento em uma comunidade Rom do leste da Romênia. A pesquisa acompanha as relações de gênero e mostra a participação das mulheres nas disputas e escolhas que atravessam a formação do casamento. [11]

O caso apresentado reúne conversas entre pessoas e famílias, alternativas consideradas, conflitos e decisões. As posições de homens e mulheres se revelam no desenrolar dos acontecimentos, enquanto os vínculos de parentesco dão significado público à união. [11]

O relato brasileiro da escolha dos futuros maridos pelas jovens e das conversas familiares encontra nesse estudo outro registro da participação feminina na formação matrimonial. Em ambos os contextos, o casamento é vivido por pessoas que negociam relações e pertencimentos dentro da família extensa.

16. Andreea Racleș: a escolha matrimonial como

transformação cultural

Em “Free Choice” in Marriage-Making among Romanianised Roma, Andreea Racleș pesquisa pessoas Ursari que se identificam como Roma romenizados. Seus interlocutores apresentam a liberdade de escolher o parceiro como parte de sua própria história e como um elemento de diferenciação em relação a outras maneiras de compreender a formação do casamento. [12]

A escolha matrimonial participa da maneira como essas famílias narram mudanças nas suas práticas, articulando pertencimento Rom, relações afetivas e experiências sociais. A autora registra a valorização de determinadas transformações e sua transmissão nas narrativas familiares e coletivas. [12]

Nas experiências Rom brasileiras deste caderno, a escolha dos jovens, a presença de mulheres que permanecem solteiras e os casamentos entre diferentes linhagens também expressam mudanças elaboradas pelas próprias famílias. As pesquisas revelam maneiras distintas de vivenciar a continuidade cultural e a liberdade matrimonial.

17. Cecília Kovai: relações sociais e escolhas matrimoniais

Em Constraints on “Free Choice”: The Role of Marriage in a Hungarian Romungro Community, Cecília Kovai apresenta uma pesquisa etnográfica desenvolvida entre 2000 e 2013 em uma comunidade Romungro da Hungria. A autora descreve um contexto em que o casamento arranjado, tal como documentado para outros grupos, não constitui a instituição matrimonial observada, embora o casamento permaneça central para a vida social. [13]

As escolhas conjugais descritas por Kovai se relacionam com condições de classe, parentesco, expectativas familiares, processos de assimilação e distinções sociais. A pesquisa mostra como a decisão pessoal se desenvolve em meio a vínculos familiares e possibilidades concretas de vida. [13]

As experiências brasileiras presentes neste estudo igualmente registram a escolha pessoal e a participação da família como dimensões da mesma vida comunitária. A aceitação de jovens solteiras, as conversas sobre futuras uniões e as diferenças entre famílias aparecem como aspectos dessas transformações.

18. Maria G. Nikolova: registros judiciais e casamento tradicional

Maria G. Nikolova examina, em Parents, Children, Marriage: Bulgarian Courts’ View on Romani Marriage-making, decisões da justiça criminal búlgara relacionadas a casamentos costumeiros envolvendo pessoas menores de idade. Seu estudo apresenta a forma como determinados acontecimentos matrimoniais e familiares são registrados, classificados e tratados em processos judiciais da Bulgária. [14]

A pesquisa coloca em relação a experiência social de famílias Romani, as categorias empregadas nos documentos judiciais e o enquadramento jurídico vigente na Bulgária. O material evidencia a maneira como instituições estatais registram e interpretam práticas matrimoniais específicas. [14]

O caderno brasileiro apresenta, em sua primeira parte, as práticas comunitárias relatadas, a idade matrimonial e as disposições do Código Civil brasileiro, incluindo a Lei nº 13.811/2019. O diálogo com o estudo de Nikolova amplia a documentação sobre as relações entre costumes matrimoniais, instituições jurídicas e direitos dos adolescentes em diferentes países.

19. Angéla Kóczé e Ana Chirițoiu: parentesco e desigualdades estruturais

No diálogo “What’s the Point of Studying Kinship if You Don’t Connect It to the Broader Power Structure?”, Angéla Kóczé e Ana Chirițoiu relacionam parentesco e casamento a racismo, exclusão, desigualdades sociais e relações de poder. A discussão insere as formas de organização familiar Romani no contexto mais amplo das estruturas sociais em que estão situadas. [15]

O debate contribui para compreender as relações entre a vida familiar Rom, as instituições públicas e os discursos produzidos sobre o povo Romani. A experiência comunitária, as transformações internas e o anticiganismo compõem dimensões dessa mesma realidade social.

20. Outras contribuições do volume 25 da revista Martor

20.1. Margaret Beissinger: casamento e identidades entre músicos Romani

Em “Lăutar Space”: Marriage, Weddings, and Identity among Romani Musicians in Romania, Margaret Beissinger estuda famílias de músicos profissionais Romani na Romênia. As cerimônias matrimoniais aparecem como espaços de encontro entre práticas Romani e tradições romenas, em uma identidade coletiva transformada também pelas gerações mais jovens. [16]

O estudo registra a presença de referências culturais diversas na vida familiar e nos casamentos de grupos de músicos romenizados, acrescentando outro contexto europeu ao conjunto documental sobre mudanças matrimoniais Romani.

20.2. Bogdan Mateescu: documentos históricos e vida familiar

Em Marriage and Family Life of Romanians and Roma: Aspects Reflected in the First Two Modern Romanian Censuses, Bogdan Mateescu analisa recenseamentos da Valáquia, de 1838, e da Moldávia, de 1859. A documentação registra casamentos, viuvez, filhos e composição doméstica, em sociedades marcadas por diferenças de condição social e pela escravização de pessoas Romani. [17]

O trabalho recupera dimensões históricas da vida familiar por meio de registros populacionais e de suas categorias administrativas. Esses materiais ampliam a dimensão temporal dos estudos reunidos pela revista Martor.

21. Síntese comparativa: experiências Rom no Brasil e documentação europeia

As pesquisas reunidas apresentam o casamento como relação afetiva, acontecimento familiar e processo de continuidade e transformação do parentesco. Na experiência brasileira aqui registrada, sobressaem a escolha do parceiro pelos jovens, a possibilidade de adiar ou não realizar uma união, as conversas entre familiares e a convivência entre gerações.

Haşdeu examina a posição de bori e o reconhecimento da mulher romni ao longo da vida familiar. Olivera relaciona prestígio, igualdade e parentesco entre os Gabori. Cousin acompanha negociações e iniciativas femininas. Racleș apresenta a escolha matrimonial nas narrativas de famílias Ursari romenizadas. Kovai examina os vínculos entre casamento, condições sociais e decisão pessoal. Nikolova estuda os registros judiciais búlgaros, enquanto Kóczé e Chiriţoiu aproximam parentesco e desigualdades estruturais.

Entre os temas compartilhados por esses estudos estão a participação das mulheres nas escolhas, o reconhecimento da união pelas famílias, a residência após o casamento, a posição da nora, a transmissão intergeracional e as mudanças nas relações entre linhagens. As experiências brasileiras contribuem com registros da vida familiar Rom contemporânea e com a perspectiva das próprias mulheres sobre o casamento.

O conjunto revela tradições matrimoniais que se transformam ao longo do tempo, sem perder sua dimensão comunitária. A identidade Rom permanece presente nas relações de parentesco, na transmissão cultural e na vida familiar, mesmo quando novas gerações reorganizam práticas e escolhas conjugais.

Referências bibliográficas complementares

[8] CHIRIŢOIU, Ana; TESĂR, Cătălina. “Introduction: Roma Marriage-Making, Between the Constraints of ‘Tradition’ and the ‘Choices’ of Liberalization.” Martor, n. 25, p. 9–14, 2020. DOI: 10.57225/martor.2020.25.01.

[9] HAŞDEU, Iulia. “Les femmes rom, entre statut de Romni et démocratie sexuelle. Essai d’anthropologie féministe.” Martor, n. 25, p. 173–188, 2020. DOI: 10.57225/martor.2020.25.11.

[10] OLIVERA, Martin. “Entre idéologie nobiliaire, utopie égalitaire et circonstances singulieres: le « bon mariage » chez les Roms Gabori.” Martor, n. 25, p. 17–35, 2020. DOI: 10.57225/martor.2020.25.02.

[11] COUSIN, Grégoire. “« O abjáv kaj sas maškár aménde phaṛada e dušmania ». Généalogie d’un mariage.” Martor, n. 25, p. 59–74, 2020. DOI: 10.57225/martor.2020.25.04.

[12] RACLEȘ, Andreea. "'Free Choice' in Marriage-Making among Romanianised Roma." Martor, n. 25, p. 77–95, 2020. DOI: 10.57225/martor.2020.25.05.

[13] KOVAI, Cecília. "Constraints on 'Free Choice': The Role of Marriage in a Hungarian Romungro Community." Martor, n. 25, p. 133–150, 2020. DOI: 10.57225/martor.2020.25.08.

[14] NIKOLOVA, Maria G. "Parents, Children, Marriage: Bulgarian Courts' View on Romani Marriage-making." Martor, n. 25, p. 153–164, 2020. DOI: 10.57225/martor.2020.25.09.

[15] KÓCZÉ, Angéla; CHIRIȚOIU, Ana. "'What's the Point of Studying Kinship if You Don't Connect It to the Broader Power Structure." A Dialogue." Martor, n. 25, p. 165–171, 2020. DOI: 10.57225/martor.2020.25.10.

[16] BEISSINGER, Margaret. "'Lăutar Space': Marriage, Weddings, and Identity among Romani Musicians in Romania." Martor, n. 25, p. 97–114, 2020. DOI: 10.57225/martor.2020.25.06.

[17] MATEESCU, Bogdan. "Marriage and Family Life of Romanians and Roma: Aspects Reflected in the First Two Modern Romanian Censuses." Martor, n. 25, p. 37–58, 2020. DOI: 10.57225/martor.2020.25.03.

Fonte dos artigos: martor.muzeultaranuluiroman.ro/archive/martor-25-2020/.